

Apresentação

Centralidade, sentidos e alcances da avaliação nas políticas públicas de educação

José Vieira de Sousa
Universidade de Brasília

Como uma atividade intrínseca à natureza humana, a avaliação não é neutra nem desprovida de determinados interesses. Partir dessa premissa implica reconhecer que as dimensões técnica, política e ideológica da avaliação traduzem, sempre, a opção por um tipo de sociedade.

Extremamente enraizada em todas as ações humanas, a avaliação acaba configurando-se como um processo de questionamento sobre a própria realidade, e elemento que subsidia a tomada de decisões nas diferentes esferas da vida social. Sendo assim, as avaliações sofrem influência de valores, visões de mundo e percepções dos sujeitos nelas envolvidos, bem como interferências governamentais e da sociedade civil.

Como política pública, elas são construídas e acontecem em um campo de disputa no qual se movem indivíduos com interesses distintos e dotados de capitais diferenciados para lutar em torno de um objeto, como, por exemplo, a concepção de qualidade em educação. Com efeito, nenhuma avaliação surge em um vazio conceitual, mas em um contexto real, demarcado no tempo e no espaço, o que fez com que ela tenha passado a compor, nas últimas décadas, as agendas políticas estatais em suas mais variadas instâncias.

A força política que traz toda avaliação é uma das principais explicações para a transformação desta em política pública na década de 1990, bem como para o reconhecimento de diferentes disputas epistemológicas norteadoras das políticas nas quais a avaliação se desdobra.

Como política pública, a avaliação apresenta uma constelação de sentidos que traduzem, no plano histórico, ideias e interesses de grupos que ocupam diferentes posições em determinada sociedade. Sob esse ângulo, as avaliações do campo educacional, como de qualquer outro, demandam sua compreensão, cada vez mais, em suas dimensões técnica, política e social, o que contribui para que elas assumam um caráter também científico. Diante disso, a avaliação da educação vem revelando grande complexidade e variedade de modelos em diferentes regiões do planeta e na realidade brasileira.

Nessa lógica, é importante compreender a avaliação como um processo dinâmico de produção de conhecimento sobre as várias dimensões de uma política pública ou instituição. Ela se configura, assim, como um processo sistemático e permanente que possibilita captar informações acerca de determinada realidade, subsidiando a tomada de decisões.

Nos últimos anos, o expressivo crescimento de estudos sobre a avaliação em âmbito mundial e nacional atesta o aumento do interesse tanto do governo quanto de pesquisadores em acompanhar a implementação de políticas sociais, a exemplo daquelas de natureza educacional. Paralelamente, o Estado tem mostrado interesse pela criação de sistemas setorializados de avaliação das políticas públicas em geral, contribuindo para ampliar a compreensão da avaliação como algo multidimensional.

No setor educacional, as avaliações vieram despontando, nos últimos tempos, como importante mecanismo para o planejamento das políticas estatais. Nesse cenário, elas vêm consolidando-se, também, como uma das principais engrenagens da gestão educacional, em diferentes níveis do sistema.

Considerando questões desta natureza, o *Dossiê Avaliação* traduz um esforço de diversos pesquisadores em focalizar a avaliação como política pública, em diferentes realidades institucionais. Nesse sentido, o primeiro artigo, intitulado *Avaliação de desempenho docente no Brasil: desvelando concepções e tendências* – foi produzido por três autoras, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, Girlene Ribeiro de Jesus e Shirleide Pereira da Silva Cruz. O estudo discute as principais concepções e tendências dos sistemas de avaliação de desempenho docente nas redes estaduais de educação básica no Brasil. Recorreu a informações disponíveis nos sítios das 27 Secretarias Estaduais de Educação do País e elegeu três eixos de discussão – relação entre avaliação, responsabilização e desenvolvimento profissional – de maneira articulada às concepções norteadoras dos processos avaliativos do desempenho do professor. Os resultados apontam que a tendência predominante nas políticas brasileiras de avaliação docente centra-se na perspectiva da responsabilização. Além disso, na maioria das vezes, são usados os resultados de avaliações do desempenho de alunos, o que revela um distanciamento dos pressupostos que norteiam o processo de desenvolvimento profissional docente.

O artigo seguinte – *Estudos longitudinais e pesquisa na educação básica* – é de autoria de Alicia Maria Catalano de Bonamino e Lúcia Helena Gazólis de Oliveira – e analisa a adequação e o potencial dos dados longitudinais para a realização de pesquisas no campo educacional. Nos estudos, as autoras discutem as principais características da avaliação nacional em larga escala e de um estudo longitudinal, examinando as duas metodologias de coleta de dados adotadas nas pesquisas propostas. Partindo da ideia de que já se formam no País bancos de dados coletados longitudinalmente, elas analisam os resultados de duas pesquisas que recorreram a dados dessa natureza. A reflexão empreendida mostra a importância

da contribuição desse tipo de estudo para a geração de evidências para as políticas de melhoria da qualidade na educação básica.

O terceiro artigo do dossiê – *A avaliação da educação superior no contexto das reformas e políticas educacionais* – é produzido pelos pesquisadores João Ferreira de Oliveira e Lúcia Maria de Assis. O trabalho discute a política de avaliação da educação superior, tomando como referência a tríade expansão, democratização e avaliação institucional, visando compreender como o processo de expansão desse nível educacional no Brasil, intensificado a partir dos anos 1990, vem apresentando elementos para transformar os conceitos, até então vigentes, de democratização do acesso e dos processos de avaliação sistêmica das instituições públicas e privadas de educação superior no País. Os autores discutem, ainda, como as funções desse nível educacional vêm sendo modificadas ao longo das duas últimas décadas, adequação que visa às demandas do sistema econômico, levando em conta o papel e o valor dos diplomas nas relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução.

O artigo seguinte – *Avatares de Prometeu: duas décadas de avaliação e regulação das políticas educacionais*, de Silvia Cristina Yannoulas e Talita Santos de Oliveira, apresenta uma revisão de literatura sobre o desenvolvimento da avaliação como instrumento fundamental na implementação de reformas educacionais contemporâneas. Visando alcançar esse objetivo, em uma primeira parte, as autoras analisam a sistematização da utilização do conceito de Estado avaliador na literatura recente. Em seguida, discutem o uso da teoria da regulação para a análise das políticas e sistemas educacionais e, por último, comentam o uso do conceito de Estado avaliador e da referida teoria pela literatura brasileira recente sobre políticas educacionais.

O quinto artigo – *Diagnóstico político de la evaluación en Argentina*, de autoria de Carlos Pérez Rasetti, tem como objetivo discutir a implantação da avaliação/acreditação na educação superior argentina. Em suas análises, o autor chama a atenção para o fato de os objetivos dessas políticas terem passado por um processo de diluição e transformação, em decorrência do desenvolvimento tanto das próprias políticas como das ações dos diversos grupos de sujeitos nelas implicados. Partindo dessa premissa, caracteriza e interpreta o significado político atual das quatro funções básicas da avaliação/acreditação na realidade da educação superior recente na Argentina.

Para finalizar o dossiê, o artigo – *Educación superior en México: los límites del neoliberalismo (2000-2010)* –, escrito por Hugo Casanova Cardiel e Juan Carlos López García –, consiste em uma reflexão acerca da situação atual da educação superior no México na década de 2000, tomando como referência o modelo econômico orientado pelo neoliberalismo e suas repercussões sobre o campo da avaliação desse nível educacional. O texto examina os fundamentos desse modelo econômico, seus efeitos não desejados sobre o processo de privatização da educação superior mexicana, além do fato de os estudantes e as instituições serem constantemente

afetados por uma série de decisões tomadas mais por motivações econômicas que sociais e propriamente educativas. Ainda que detalhem esse cenário, os autores concluem o artigo sugerindo haver uma possibilidade para a construção de um marco alternativo de políticas de educação superior em um cenário marcadamente neoliberal.

Em seu conjunto, esses seis artigos convergem para ideia de que, nas quatro últimas décadas, ainda que a avaliação se tenha mostrado bastante associada a diversas políticas públicas, sua ênfase tem-se mostrado mais acentuada na educação, ocupando centralidade nas políticas formuladas para o setor. Paralelamente, fica subjacente às reflexões propostas nos artigos que uma consequência direta dessa centralidade é a necessidade da criação de uma nova cultura avaliativa para as políticas sociais e, de maneira mais específica, para as políticas educacionais.

José Vieira de Sousa é doutor em sociologia pela Universidade de Brasília e professor da Faculdade de Educação dessa Universidade, onde desenvolve pesquisas com foco na avaliação da educação superior. Email: sovieira@terra.com.br
